

FONSECA, Hermes da

* militar; min. Guerra 1906-1909; pres. da Rep. 1910-1914.

Hermes Rodrigues da Fonseca nasceu em São Gabriel (RS) em 12 de maio de 1855, filho de Hermes Ernesto da Fonseca e de Rita Rodrigues Barbosa. Seu pai foi militar e chegou a marechal do Exército; ligado ao Partido Conservador do Império, foi presidente da província de Mato Grosso e, já na República, governador da Bahia em 1890. Vários de seus tios também foram militares e tiveram papel destaque: Manuel Deodoro da Fonseca, também marechal, foi o proclamador da República em 15 de novembro de 1889 e o primeiro presidente do Brasil, até 1891; João Severiano da Fonseca chegou a general, foi médico, é considerado patrono do Serviço de Saúde do Exército, e foi também senador constituinte pelo Distrito Federal de 1890 a 1891; Pedro Paulino da Fonseca reformou-se como tenente, mas recebeu a patente de coronel honorário e foi governador de Alagoas de 1889 a 1890 e senador de 1891 a 1893. Seu primo Clodoaldo da Fonseca, filho deste último, também militar, foi governador de Alagoas de 1912 a 1915.

Quando seu pai seguiu para a guerra contra o Paraguai (1865-1870), transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro. Educado até então em casa, ingressou em 1866 no Colégio Saint Louis, mas no mesmo ano foi expulso por indisciplina. Passou, então, a estudar no Imperial Colégio de Pedro II e no curso noturno do Liceu de Artes e Ofícios. Em 1871 obteve o bacharelado em ciências e letras e, em 20 de setembro, assentou praça no 1º Batalhão de Artilharia. Em 19 de outubro, matriculou-se na Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, onde foi aluno de Benjamin Constant, um dos divulgadores da filosofia positivista no Brasil, que influenciou sua formação intelectual. Concluiu em 1876 o curso de infantaria e cavalaria, sendo promovido a segundo-tenente em 13 de junho do mesmo ano. Segundo registros da maçonaria, foi, em 6 de outubro, iniciado na Loja Ganganelli do Rio, então sob a jurisdição do Grande Oriente Unido – ao qual era ligado Joaquim Saldanha Marinho, um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870 –, mas que acabaria sendo incorporada em 1883 ao Grande Oriente do Brasil. Mais tarde, se tornaria membro efetivo da Loja Amor ao Trabalho e filiando livre da Loja 2 de Dezembro, também no Rio de Janeiro.

Em 1877 casou-se com Orsina Francioni da Fonseca, sua prima, filha de Pedro Paulino. Em 1878, terminou o curso de artilharia. Promovido a primeiro-tenente em 18 de janeiro de 1879, passou a exercer a função de ajudante de ordens do pai, então comandante das armas da província do Pará. De volta ao Rio de Janeiro no mesmo ano, assumiu o comando da 1ª Bateria do 2º Regimento de Artilharia. Serviu, a seguir, como ajudante de ordens do conde d'Eu, genro de dom Pedro II e comandante-geral da artilharia do Exército imperial. Passou a capitão em 30 de julho de 1881. Em fins da década de 1880, participou principalmente como elemento de ligação com Deodoro da Fonseca, das articulações político-militares que resultaram, em 15 de novembro de 1889, na deposição da monarquia brasileira e na instalação do governo provisório da República, sob a chefia do próprio Deodoro. De imediato, seu pai, principal comandante militar na Bahia, esboçou defender o regime monárquico, mas logo aderiu à República, assumindo o governo do estado.

Por suas relações de parentesco com Deodoro, do qual se tornou secretário-militar, Hermes da Fonseca viu-se no centro de uma das primeiras crises políticas do novo regime. Nos primeiros dias de janeiro de 1890, Deodoro anunciou a seus colegas de governo que pretendia efetuar promoções generalizadas nas forças armadas, mas encontrou oposição por parte de Benjamin Constant, ministro da Guerra. A divergência se estendeu às respectivas áreas de influência, que alcançavam muitos postos de governo. Nesse ínterim, Deodoro teve agravados problemas de saúde vindos já de algum tempo, o que foi relacionado por seu médico ao impasse no caso das promoções. Temendo que a situação gerasse instabilidade no regime, ainda em implantação, Benjamin Constant recuou, e, a título de recompensa por serviços prestados à República, foram amplamente beneficiados oficiais ligados a ambos. Entre eles estava Hermes da Fonseca, que foi promovido a major em 7 de janeiro. Em 8 de outubro, ainda de 1890, chegou a tenente-coronel, assumindo o comando do 2º Regimento de Artilharia de Campanha, no Rio de Janeiro. No mês seguinte seria instalada a Assembleia Nacional Constituinte, em 24 de fevereiro de 1891 seria promulgada a primeira Constituição republicana, e no dia seguinte Deodoro seria eleito indiretamente presidente constitucional da República.

Sofrendo contestações na área política e na caserna e com problemas de sustentação em estados importantes como Minas Gerais e São Paulo, no dia 3 de novembro de 1891 Deodoro fechou o Congresso Nacional, esperando reverter a situação. No dia seguinte,

decretou o estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói. Em manifesto aos brasileiros, explicou sua atitude, argumentando com a necessidade de retificar a Constituição, principalmente para fortalecer os poderes do Executivo da União. Nesse sentido, convocou eleições de deputados para novo Congresso constituinte. Em resposta, o Congresso lançou, no mesmo dia e assinado por 114 parlamentares, entre deputados e senadores, o Manifesto à Nação Brasileira, denunciando a violência do governo.

Dos governadores, apenas Lauro Sodré, do Pará, manifestou-se publicamente contra o golpe no dia seguinte. Pouco tempo depois, contudo, estava estruturada a resistência em vários estados, em setores militares e no meio sindical de Santos (SP) e da capital federal. O vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, participava de reuniões com a oposição. No dia 21 de novembro, finalmente, os ferroviários deflagraram uma greve no Rio de Janeiro, enquanto se concluíam os preparativos para a ação militar, iniciada na madrugada de 23: revolta de unidades da Marinha fundeadas na baía da Guanabara, apoiadas por contingentes do Exército em terra. Doente, Deodoro ainda esboçou uma reação, mas acabou renunciando nessa mesma manhã. O vice-presidente Floriano Peixoto foi buscado em casa para receber o cargo de presidente da República.

Em 20 de fevereiro do ano seguinte, 1892, Hermes da Fonseca foi preso, juntamente com o capitão Clodoaldo da Fonseca, seu primo, por manifestar-se contra a deposição do governador do Amazonas, no curso das represálias que o novo presidente impôs às forças políticas que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Superado o episódio, assumiu o cargo de diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, que exerceu até setembro de 1893, quando foi transferido para o comando da guarnição de Niterói. Por ocasião da Revolta da Armada – movimento sustentado por setores da Marinha contra Floriano Peixoto entre setembro de 1893 e março de 1894 –, destacou-se em Niterói, onde ocorreram alguns dos mais violentos combates, na defesa do governo que o prendera. Promovido a coronel em março de 1894, comandou até 1896 o 2º Regimento de Artilharia Montada, na capital federal.

Durante a gestão do vice-presidente Manuel Vitorino (10 de novembro de 1896 a 4 de março de 1897), que substituiu o presidente Prudente de Moraes (1894-1898), doente, foi nomeado, ainda em 1896, chefe da Casa Militar da Presidência da República, o que o colocou em contato com o meio político nacional. Nessa condição, integrou em 1897 a comissão redatora do primeiro regulamento do Estado-Maior do Exército (EME), criado

em 24 de outubro do ano anterior como medida de modernização operacional e administrativa da força militar. Com o retorno de Prudente de Moraes à presidência, voltou ao comando do 2º Regimento de Artilharia Montada. Reprimiu, em 26 de maio de 1897, uma rebelião de alunos da Escola Militar contra o presidente, a quem acusavam de contrário aos militares e complacente com os sertanejos de Canudos (BA), contra os quais o governo federal moveu, em 1896 e 1897, uma guerra de extermínio.

Em 1899, tornou-se comandante da Brigada Policial do Rio de Janeiro. Promovido a general de brigada em 13 de julho de 1900, assumiu em 1904 o comando da Escola Preparatória e Tática do Realengo, cujo plano de ensino tornaria mais voltado para a prática militar, revertendo a tendência à orientação científica. Em novembro, reprimiu a participação de alunos no movimento que ficaria conhecido como Revolta da Vacina. Desencadeado na cidade do Rio de Janeiro pela imposição, por parte do governo federal, da obrigatoriedade da vacina contra a varíola, a rebelião catalisou outras tensões, envolvendo setores populares e militares de várias patentes. De imediato, o governo suspendeu a obrigatoriedade da vacina e decretou o estado de sítio, mas, depois de conter a rebelião, fazendo mortos, feridos e presos, retomou a vacinação, que conseguiu erradicar a doença na cidade.

General de divisão desde 24 de julho de 1905, tornou-se, nesse ano, comandante do 4º Distrito Militar, com sede na capital federal e jurisdição sobre os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. Como comandante do distrito promoveu, ainda em 1905, grandes manobras do Exército. No comando de uma divisão composta de elementos de artilharia, cavalaria e infantaria, realizou exercícios em Santa Cruz de 16 de setembro a 8 de outubro. Em balanço feito no relatório que dirigiu ao ministro da Guerra, general Francisco de Paula Argolo, concluiu que as manobras haviam evidenciado o estado de precariedade material em que operava a tropa: fardamento, barracas, alimentos e equipamentos disponíveis eram insuficientes e de má qualidade. Também o material humano apresentou problemas, em especial nos combates simulados: soldados indecisos, comando incompetente, desperdício de munição etc. O Exército carecia, portanto, de reformas profundas para habilitar-se ao cumprimento efetivo de seus fins militares.

MINISTRO DA GUERRA

Hermes da Fonseca foi promovido a marechal em 6 de novembro de 1906. Com a posse de Afonso Pena na presidência da República no dia 15 seguinte, foi nomeado ministro da Guerra, em substituição ao general Argolo. Dado o seu empenho na modernização do 4º Distrito Militar, a nomeação era coerente com as preocupações que o novo presidente anunciava com a industrialização e o fortalecimento militar do país.

Aproveitando a experiência no comando anterior, sua gestão se caracterizaria por iniciativas modernizadoras do Exército nacional. Já havia algum tempo que países da América do Sul, como Argentina, Bolívia e Chile, promoviam reformas doutrinárias e organizacionais em suas forças armadas. No Brasil mesmo, desde o século XIX, embora de maneira descontínua, vinham sendo feitas propostas de teor semelhante, destacando-se as formuladas por João Nepomuceno de Medeiros Mallet, ministro da Guerra de 1898 a 1902. Hermes procurou, portanto, sintonizar o Exército brasileiro com as tendências mais modernas no plano militar internacional. Estreitou as relações diplomáticas com a Alemanha com a intenção de adotar no Brasil o modelo de instrução militar daquele país, então considerado modelar. A Lei do Orçamento da Guerra para 1906 autorizou a ida de oficiais à Europa para aperfeiçoarem seus conhecimentos militares. Por sugestão do ministro das Relações Exteriores, José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, um grupo de oficiais foi para a Alemanha ainda em 1906 e outros dois viajariam para lá em 1908 e 1910. No Brasil, eles se tornariam paladinos da modernização do Exército segundo o modelo alemão e receberiam o apelido de “jovens turcos”, por associação aos partidários de Mustafá Kemal que, após estágio semelhante, retornaram à Turquia para efetuar reformas no Estado e nas forças armadas.

Tendo reiterado, no relatório do Ministério da Guerra de 1907, sua visão pessimista das condições de funcionamento do Exército, viajou no ano seguinte à Alemanha, convidado pelo imperador Guilherme II para assistir a manobras do Exército de seu país. Na ocasião, acertou a contratação de uma missão militar germânica para supervisionar a reorganização do Exército brasileiro, o que, contudo, não se concretizaria. Os contatos teriam resultados efetivos no setor de armamentos, com a afirmação da empresa alemã Krupp como principal fornecedora de equipamentos de artilharia.

Tornou-se, em 10 de dezembro de 1908, ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), posto que acumularia com a pasta da Guerra. Em 27 de maio de 1909, deixou o

cargo para candidatar-se à presidência da República, sendo substituído pelo general Luís Mendes de Moraes. O balanço da sua gestão à frente do Ministério da Guerra indica que a preocupação com a modernização do Exército produziu alguns resultados. De imediato, no entanto, entre as medidas de alcance geral, apenas a implantação de grandes unidades permanentes – brigadas estratégicas, depois renomeadas divisões de infantaria e cavalaria – e a política de aquisição de armamentos se concretizaram. Resistências oriundas do próprio meio militar e da área política, sensível aos custos financeiros das reformas, inviabilizaram algumas medidas e retardaram a execução de outras. A reforma do Estado-Maior do Exército demoraria quase dez anos para se concluir. A Lei do Serviço Militar Obrigatório (1908), que regulou o alistamento e implantou o sorteio militar, além de estabelecer as bases gerais de reorganização do Exército, só entraria de fato em vigor, na parte referente à conscrição, em 1916.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tido na época como o mais prestigiado e popular chefe militar, Hermes da Fonseca teve seu nome lançado por jovens oficiais e civis à sucessão de Afonso Pena, por sua vez empenhado na candidatura de Davi Campista, seu ministro da Fazenda, que, no entanto, encontrava muitas resistências no meio político. Em face de fortes restrições ao seu nome, derivadas da sua condição de militar, enviou ao presidente uma carta em que negava que fosse candidato, mas sustentava que os militares tinham o direito de aspirar à presidência da República. Outras cartas foram enviadas ao barão do Rio Branco e a Rui Barbosa – jurista e senador baiano de grande projeção e também potencial candidato –, consultando-os sobre a conveniência da candidatura. Do primeiro, não obteve resposta; do segundo, uma negativa pública, posta em termos de conflito entre o poder civil e as forças militares.

Seu nome foi lançado oficialmente, como candidato da oposição, em convenção de senadores e deputados organizada em 22 de maio de 1909 pelo senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, um dos mais influentes políticos do momento e de quem fora, em 1906, padrinho em duelo travado com Edmundo Bittencourt, proprietário do jornal carioca *Correio da Manhã*. O anúncio da candidatura, apoiada pelas maiorias situacionistas em vários estados, foi recebido com entusiasmo em meios militares e civis, com apoio explícito do Clube Popular do Rio de Janeiro e dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo.

Diante da desistência de Davi Campista, Rui Barbosa surgiu em agosto como seu adversário, patrocinado pelos grupos políticos dominantes nos estados de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro e parte do situacionismo mineiro. Com a morte de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e a posse do vice-presidente Nilo Peçanha, aliado de Pinheiro Machado, a candidatura de Hermes da Fonseca se tornou situacionista, passando a se beneficiar do apoio da máquina federal. Sua plataforma eleitoral deu grande ênfase à necessidade de atuar contra os situacionismos estaduais para renovar os quadros políticos e eliminar a corrupção do país, meta que expressou na adoção da vassoura como símbolo de campanha. Rui Barbosa, por seu turno, estruturou sua campanha, que chamou de civilista, em torno do combate ao militarismo, ao qual associava o seu adversário.

A competição eleitoral que se travou entre os dois candidatos marcou um ponto de inflexão na história política brasileira, graças, em particular, aos métodos usados por Rui Barbosa, que tinha Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, então presidente do estado de São Paulo, como candidato a vice-presidente. Enquanto Hermes se sustentava no prestígio militar e nos dispositivos eleitorais de muitos estados, em especial de Minas Gerais, que lhe dera o candidato a vice-presidente, Venceslau Brás, a Campanha Civilista exibiu perfil diverso, refletindo alterações na composição do eleitorado, cuja parcela urbana crescia. Os civilistas organizaram caravanas que percorreram o país realizando comícios e mobilizações em ruas e praças públicas. Inaugurava-se no Brasil um estilo de campanha então conhecido como “americano”, distinto daquele até então predominante, restrito a acordos fechados entre chefes de máquinas políticas. Realizado o pleito em 1º de março de 1910, de resto marcado por denúncias recíprocas de fraude, as urnas deram a vitória a Hermes da Fonseca, com 403.867 votos, contra 222.822 votos recebidos por Rui Barbosa.

No mês seguinte à eleição, Hermes viajou para a Europa, visitando Portugal, Inglaterra e Suíça. Na França, onde permaneceu por dois meses, conheceu instalações militares, fábricas e universidades. Na ocasião, foi alvo de intensa campanha por parte de diversos setores da sociedade, empenhados em convencê-lo a preferir a França à Alemanha para acordos de instrução militar e venda de equipamentos bélicos ao Brasil. Em 23 de julho, chegou à Alemanha, novamente a convite do imperador Guilherme II, agora para visitar as instalações do Exército e assistir a grandes manobras militares em Tempelhoff, histórico centro de concentração de tropas prussianas. Durante toda a estada na Europa, embora

sempre frisasse que sua viagem não tinha caráter oficial, foi pressionado pela imprensa a manifestar-se favoravelmente a contratos de assistência militar com um dos dois países. De volta ao Brasil em outubro, recebeu da Loja Amor ao Trabalho, em 7 de novembro, o título de membro remido. Na sessão que se realizou em sua homenagem, anunciou grande preocupação com o operariado, prometendo dirigir-lhe políticas de habitação e instrução. Foi, provavelmente, o primeiro presidente eleito no Brasil a mencionar o assunto em discurso político.

Empossado em 15 de novembro de 1910, Hermes da Fonseca teria como ministros ao longo de seu governo: na Justiça e Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Correia (15/11/1910 a 12/8/1913) e Uladislau Herculano de Freitas Guimarães (12/8/1913 a 15/11/1914); na Marinha, contra-almirante Joaquim Marques Batista de Leão (15/11/1910 a 11/11/1912), vice-almirante Manuel Inácio Belfort Vieira (11/1/1912 a 12/7/1913) e vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar (2/8/1913 a 15/11/1914); na Guerra, general de divisão Emídio Dantas Barreto (15/11/1910 a 12/9/1911), general de divisão Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto (12/9/1911 a 30/3/1912) e general de divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (30/3/1912 a 15/11/1914); nas Relações Exteriores, o barão do Rio Branco (15/11/1910 a 10/2/1912) e Lauro Severiano Müller (14/2/1912 a 15/11/1914); na Fazenda, Francisco Antônio de Sales (15/11/1910 a 9/5/1913) e Rivadávia da Cunha Correia (9/5/1913 a 15/11/1914); na Viação e Obras Públicas, José Joaquim Seabra (15/11/1910 a 26/1/1912) e José Barbosa Gonçalves (26/2/1912 a 15/11/1914); na Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro Manuel de Toledo (16/11/1910 a 18/11/1913) e Manuel Edwiges de Queiroz Vieira (19/11/1913 a 15/11/1914).

No poder, formou um círculo político que tinha como núcleo militares e membros de grupos dominantes estaduais. Familiares seus também teriam importante papel político: seu irmão marechal Fonseca Hermes foi deputado e líder da maioria na Câmara; seu filho tenente Mário Hermes foi seu ajudante de ordens e depois deputado pela Bahia; o general Percílio da Fonseca foi chefe da Casa Militar; José Olímpio da Fonseca foi comandante da 1ª Brigada.

Um de seus primeiros atos como presidente foi visitar o Supremo Tribunal Federal (STF), dois dias após a posse. Na ocasião, um membro da sua comitiva pediu que se registrasse em ata ser a primeira vez que um presidente da República visitava aquela corte.

Na primeira semana do novo governo, estourou, no dia 22, um motim de marinheiros de várias embarcações ancoradas na baía de Guanabara, entre elas os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, as mais poderosas unidades da esquadra brasileira. Sob a liderança do marinheiro João Cândido Felisberto, a Revolta da Chibata, como ficaria conhecida, visava conseguir o fim dos castigos físicos na Marinha – embora abolidos legalmente nos primeiros dias da República, permaneciam sendo praticados nos conveses –, melhores condições de trabalho e acesso aos direitos de cidadãos. O poder de barganha dos marinheiros, que exigiam, também, anistia, era constituído por sua capacidade de, uma vez assumido o comando das embarcações, bombardear a cidade e os navios cujas tripulações não aderissem ao movimento. No dia 26, o governo anunciou aceitar as exigências dos amotinados, decretando a extinção dos castigos físicos e a concessão da anistia aos que se entregassem. Seguir-se-iam, contudo, atitudes repressivas contra os marinheiros do Batalhão Naval, na ilha das Cobras, que se sublevariam em 9 de dezembro. O governo bombardearia a ilha, provocando a morte de centenas de marinheiros. Muitos outros morreriam na prisão ou no desterro nos seringais do Norte, a que seriam condenados. O governo de Hermes da Fonseca se caracterizaria pela “política das salvaçãoes”, que, a pretexto de defender a pureza das instituições republicanas, procurou substituir, por manobras eleitorais ou pelo uso da força militar, os grupos no poder nos estados por outros, da sua confiança, muito deles militares. Tal orientação, que não implicava modificar a ordem econômica e social dos estados, o levaria a frequentes atritos com Pinheiro Machado, aliado a forças políticas estaduais cujas posições pretendia preservar. Entre os inúmeros conflitos desencadeados pelo intervencionismo federal nos estados se destacaria o registrado no Ceará a partir de dezembro de 1913. Grupos tradicionais desalojados do poder, apoiados por Pinheiro Machado, aliaram-se a um líder religioso extremamente popular, o padre Cícero Romão Batista, e, depois de violentos embates, conseguiram recuperar o poder estadual em março de 1914. Bem-sucedida, num primeiro momento, na maioria dos estados do Norte/Nordeste, a “política das salvaçãoes” não abalaria os situacionismos nos estados mais poderosos, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Oficiais politicamente importantes se dividiram em relação à intervenção do Exército na política cearense. A crise, que envolveu o Clube Militar – crítico da ligação de militares

com políticos estaduais –, a imprensa e setores oposicionistas, acabaria levando o governo federal, em 4 de março, a decretar o estado de sítio no Distrito Federal e Niterói. Seguiu-se a prisão de oficiais, inclusive três generais, e vários civis, e o fechamento de jornais. Com validade, de início, até o dia 31 de março, o estado de sítio seria prorrogado até 30 de abril e, depois, 30 de outubro de 1914.

Ainda em 1912, o governo se defrontou com um movimento armado de cunho popular em zona territorial disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, conhecida como Contestado. Rica em madeiras e erva-mate, a área era palco de intensas disputas pela posse da terra, agravadas pela presença de capitais estrangeiros e pela pobreza generalizada que atingia os trabalhadores rurais. Estes, organizados em comunidade religiosa de tipo messiânico, despertaram o receio de grandes proprietários rurais, que mobilizariam contra eles a repressão estadual. A dificuldade encontrada para derrotá-los levaria à intervenção do Exército, que testaria em campo as medidas modernizadoras até então adotadas. Após sucessivas e sangrentas batalhas, as forças repressivas só submeteriam os sertanejos definitivamente em 1916.

Em meio a crescentes mobilizações sindicais no Rio de Janeiro, também em 1912, Hermes da Fonseca tomou uma iniciativa inédita até aquele momento na política brasileira, tendente, preferencialmente, à repressão ao movimento sindical: patrocinou a realização, no Rio de Janeiro, do IV Congresso Operário Brasileiro. Organizado pelo seu filho, o então deputado Mário Hermes, o evento foi visto com desconfiança pela maioria dos líderes operários, que o associavam à corrente sindicalista “amarela”, defensora da cooperação com o Estado. Os 187 delegados inscritos foram transportados em navios do Lloyd Brasileiro – empresa em processo de incorporação ao Estado – ou tiveram passagens de trem pagas pelo governo, que também cedeu o palácio Monroe para as reuniões, realizadas de 7 a 15 de novembro. Na ocasião, decidiu-se criar a Confederação Brasileira do Trabalho, tendo sido Mário Hermes eleito seu presidente de honra. Hermes da Fonseca, cumprindo o que prometera durante a homenagem que recebeu da Maçonaria, investiu em habitações para operários, construindo vilas em área suburbana do Rio de Janeiro que seria batizada com seu nome, e na Gávea, bairro da Zona Sul da cidade.

O programa de obras públicas foi, de resto, um dos fatores do grande aumento dos gastos do governo em sua administração. Além das vilas operárias, podem ser citadas a expansão

da malha ferroviária, com destaque para a conclusão da ferrovia Madeira-Mamoré (RO); a criação de escolas técnico-profissionais, de acordo com programa iniciado no governo anterior; a instalação da Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná; a conclusão da reforma da Vila Militar e do Hospital Central do Exército, ambos no Rio de Janeiro. Também a retomada da amortização da dívida externa, congelada desde o *funding loan* – renegociação da dívida externa – praticado pelo presidente Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), contribuiu fortemente para pressionar as contas do governo.

Hermes da Fonseca pôde, durante os seus dois primeiros anos de governo, administrar sem maiores problemas o déficit público, graças ao momento favorável vivido pela economia brasileira. O crescimento das exportações de café e borracha entre 1909 e 1912 se combinou com uma forte afluência de capitais estrangeiros para dar ao governo margem de manobra em face do desequilíbrio orçamentário.

Entretanto, alterações no quadro internacional, algumas das quais conduziram à guerra europeia de 1914-1918, afetaram crucialmente as exportações brasileiras a partir de 1912. A concorrência da produção asiática quebrou o monopólio brasileiro da borracha, enquanto a guerra dos Bálcãs (1912) e a crise econômica mundial de 1913 abalavam o mercado do café, rebaixando preços e patamares de consumo. Por outro lado, à medida que a guerra ia se anunciando, cresciam as importações, tornando deficitária a balança comercial brasileira, que nos últimos anos vinha acumulando saldos positivos.

Fácil até esboçar-se a crise, a obtenção de capitais no exterior tornou-se problemática. À medida que países europeus se preparavam para a guerra, os capitais da área se retraíam fortemente, tornando difícil o lançamento de títulos brasileiros. As previsíveis dificuldades do governo brasileiro para continuar pagando a dívida externa geraram pressões por parte dos credores internacionais. No segundo semestre de 1913, o governo iniciou tratativas visando a uma renegociação da dívida. Depois de tortuosas negociações com o sindicato de credores estrangeiros, chegou-se perto de um acordo de reestruturação da amortização e serviço da dívida. Em 27 de julho de 1914, as negociações foram interrompidas, dada a iminência da eclosão da guerra, de fato iniciada no dia seguinte. Em 1º de agosto, suspendeu-se o pagamento do serviço da dívida externa. No mesmo mês, em face dos reflexos dos problemas no setor externo da economia sobre a taxa de câmbio, elevando a demanda por moeda estrangeira, o governo determinou o fechamento das operações

cambiais da Caixa de Conversão, criada em 1906 exatamente para administrar o poder de troca da moeda brasileira no comércio internacional. No mês seguinte, acertou-se novo *funding loan*, com cláusula de proibição de novos empréstimos externos por três anos e as rendas futuras das alfândegas brasileiras por garantia.

Na área militar, Hermes da Fonseca não conseguiu pôr em prática a lei do alistamento de 1908. No balanço que fez ao fim de seu governo, explicou que havia pontos da lei carecendo de modificação, o que era da competência do Congresso Nacional. O primeiro se referia aos períodos de fixação dos contingentes de cada estado e determinação dos dias de sorteio e incorporação dos sorteados, que deveriam ser fixados para datas posteriores à votação anual do efetivo orçamentário das forças de terra. O segundo, à divisão do território nacional em 13 regiões de inspeção, número que propunha reduzir para melhor adaptar a organização à realidade geográfica de cada estado. De concreto, inaugurou a Escola Brasileira de Aviação em fevereiro de 1913, quando se matricularam 35 oficiais, aspirantes e inferiores do Exército, além de oficiais e praças da Marinha. Foi reformado o curso da Escola Naval, com a fusão dos oficiais e maquinistas, e criada a Escola de Guerra Naval, destinada a formar oficiais para o alto comando.

No último ano de seu governo, tendo enviuvado de Orsina da Fonseca, casou-se, em 8 de dezembro de 1913, com Nair de Tefé von Hoonholtz, filha do almirante de Tefé, caricaturista conhecida e considerada uma mulher de costumes avançados para a época.

ENVOLVIMENTO COM O TENENTISMO

Transmitido, em 15 de novembro de 1914, o cargo presidencial para Venceslau Brás, eleito em 1º de março, Hermes da Fonseca retirou-se para Petrópolis (RJ), onde residiam seus sogros. Em fins de junho do ano seguinte, teve seu nome articulado por Pinheiro Machado, junto ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), para a vaga no Senado Federal aberta pela renúncia de Joaquim Assunção. Embora a indicação tenha gerado importantes resistências no interior do partido, seu nome saiu vitorioso do pleito realizado em agosto. Antes que tomasse posse, contudo, Pinheiro Machado foi assassinado, ao mesmo tempo em que recrudesciam as manifestações contra o seu nome. Alegando amargura pela maneira como vinha sendo tratado, desistiu do mandato no dia da diplomação, em setembro de 1915, e viajou para a Alemanha no mês seguinte.

Viveu na Suíça até outubro de 1920, quando retornou ao Brasil. Em seu desembarque, no dia 4 de novembro, foi recepcionado por representantes do Ministério da Guerra, pelos chefes do Estado-Maior do Exército e da Armada, por delegações do Congresso Nacional, do STF e do Clube de Engenharia, entre outros, que lhe ofereceram um banquete. Em dezembro, teve seu nome lançado por oficiais à sucessão do general Crispim Ferreira como presidente do Clube Militar, cargo de que tomaria posse em maio do ano seguinte.

Transcorria, então, a campanha eleitoral para a sucessão do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Artur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro (PRM), se apresentava como candidato do eixo Minas Gerais-São Paulo. Sondado por representantes de Bernardes em fevereiro de 1921 – um mês antes da oficialização da candidatura – sobre a possibilidade de apoiá-lo, esquivou-se, alegando não ser político militante. Entretanto, foi ele próprio lançado candidato em comício realizado no Rio de Janeiro em 26 de maio. Na ocasião se formou um diretório para organizar a campanha, composto pelos generais Camilo Holanda e Francisco Flary, o marechal reformado Firmino Pires Ferreira – senador pelo Piauí –, o marechal Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro – ex-prefeito do Distrito Federal –, o contra-almirante Francisco de Matos e os deputados socialistas Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento. Sua candidatura, entretanto, morreu no nascedouro, porque não recebeu apoios politicamente importantes, apesar das tentativas de divulgá-la feitas pelo diretório, que organizou banquetes e comícios.

Em junho, finalmente, políticos dissidentes do eixo Minas Gerais-São Paulo lançaram o movimento da Reação Republicana, em torno das candidaturas de Nilo Peçanha – senador pelo estado do Rio de Janeiro – e José Joaquim Seabra – presidente da Bahia – a presidente e vice-presidente da República. A coligação oposicionista recebeu também o apoio dos grupos dominantes no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. Seu programa defendia mais atenção para os setores econômicos que não o cafeeiro, maior independência para o Poder Legislativo em relação ao Executivo, o revigoramento das forças armadas e políticas sociais para a população urbana. Entre os militares, a chapa oposicionista ganhou terreno, em grande parte pelo desgaste que o presidente Epitácio Pessoa enfrentou em suas relações com as forças armadas, principalmente por ter nomeado civis para os ministérios da Guerra e da Marinha.

A Reação Republicana evidenciou a realidade política que a Campanha Civilista já indicara: a dificuldade progressivamente maior que os grupos dominantes nos principais estados encontravam para impor aos representantes de áreas menos poderosas suas conveniências nos processos sucessórios. Assim como em 1910, o eleitorado urbano se destacou como elemento potencialmente decisivo na disputa eleitoral, agora na esteira do impulso que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) dera às atividades industriais e ao processo de urbanização no Brasil. Os métodos adotados pelos candidatos oposicionistas, sem desprezar os acordos de gabinete com líderes políticos dissidentes, seguiram a tendência moderna, com a realização de grandes comícios urbanos.

Em plena campanha, Hermes da Fonseca viu-se no centro de um acontecimento que teria importantes desdobramentos na vida política nacional. Em 11 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou o fac-símile de uma carta em que era seriamente ofendido, tanto profissional quanto pessoalmente. Seguiu-se, no dia seguinte, outra, agora com ofensas a Nilo Peçanha. Ambas eram, supostamente, assinadas por Artur Bernardes e provocaram grave crise política. Como o candidato mineiro negasse qualquer relação com os documentos, chegando a contratar peritos para verificar sua autenticidade, membros do Clube Militar se mobilizaram para examiná-los, concluindo que eram falsos, opinião endossada por Hermes da Fonseca. Apesar disso, sócios do clube conseguiram que se realizasse nova perícia que, após muitas atribulações e crises, declarou autênticas as cartas, embora reconhecendo que o laudo não era concludente e, por isso, recomendando que se encerrasse definitivamente o caso. Mas o episódio das “cartas falsas”, como ficou conhecido, acirrou os ânimos de segmentos militares contra o candidato situacionista, aproximando-os mais de Nilo Peçanha.

Realizado o pleito em março de 1922, Artur Bernardes teve 466.877 votos contra 317.714 dados ao candidato da Reação Republicana. O resultado foi questionado pela oposição, que exigiu a recontagem dos votos e, por proposta do Clube Militar e de Antônio Borges de Medeiros, líder do PRR, a formação de um tribunal de honra para legitimá-lo. Em maio, Hermes da Fonseca, juntamente com outros militares, pediu ao STF *habeas corpus* para não ser obrigado a reconhecer a autoridade de Artur Bernardes, mas não obteve decisão favorável. Ao final, em junho, a chapa situacionista teve a vitória reconhecida oficialmente. Continuou, porém, a resistência da oposição a aceitar a derrota, registrando-se

em Pernambuco movimentos populares de protesto contra a eleição no estado, que o governo federal reprimiu com tropas do Exército. Na condição de presidente do Clube Militar, Hermes da Fonseca enviou em 29 de junho um telegrama à guarnição federal da capital pernambucana conclamando os soldados a não reprimirem o povo. Inquirido pelo presidente da República acerca da autoria do telegrama, assumiu-a e foi preso no dia 2 julho de 1922, ao mesmo tempo em que o clube era fechado por ordem presidencial. Na ocasião, sofreu um ataque cardíaco. Após passar a noite no quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, foi libertado no dia seguinte.

Em consequência da crise, aprofundou-se o descontentamento de segmentos militares, principalmente jovens oficiais, com o presidente da República e o sucessor eleito. Em algumas unidades militares da capital federal articulou-se um levante que tinha como objetivo imediato impedir a posse de Artur Bernardes. Hermes da Fonseca foi procurado pelo tenente-aviador Eduardo Gomes, portador de uma mensagem de seu filho, capitão Euclides Hermes, comandante do Forte de Copacabana, informando-o de que a unidade se rebelaria. Visitou na madrugada do dia 4 a Vila Militar, disposto a comandar os alunos da Escola Militar do Realengo. Na madrugada seguinte, 5 de julho, militares se rebelaram na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. Um foco rebelde surgiu, também, em Mato Grosso, liderado pelo general Clodoaldo da Fonseca, seu primo e comandante da 1ª Circunscrição Militar. O governo federal reprimiu o movimento, prendendo vários oficiais, inclusive, novamente, Hermes da Fonseca. O episódio constituiu a primeira manifestação do tenentismo, que se repetiria, embora com outras características, no movimento de 5 de julho de 1924 em São Paulo e na coluna Miguel Costa-Prestes, em 1925-1927.

Com o país sob estado de sítio, solicitado por Epiácio Pessoa e concedido pelo Congresso Nacional, Artur Bernardes foi empossado em 15 de novembro de 1922. Em 6 de janeiro do ano seguinte, o advogado Evaristo de Moraes impetrou junto ao STF pedido de *habeas corpus* em favor de Hermes da Fonseca e outros militares, alegando que todos se encontravam presos sem culpa formada e mandado de autoridade competente, já que os crimes de que eram acusados, tipificados como militares, eram, na verdade, políticos. A ordem foi concedida, e Hermes, que estava doente, foi libertado.

De seu casamento com Orsina Francioni da Fonseca teve seis filhos, três dos quais também

seguiram a carreira militar. Além dos já mencionados, Leônidas Hermes da Fonseca chegou a coronel.

Encontrava-se em Petrópolis, na residência de seus sogros, pais de Nair de Tefé, quando faleceu em 9 de setembro de 1923.

É patrono da cadeira nº 24 da Academia Paranaense de Letras Maçônicas.

Renato Lemos

FONTES: ABREU, M. *Funding* (v.32, p. 515-540); BELLO, J. *História*; CARONE, E. *República*; CARVALHO, J. *Forças* (p. 13-61); CHAGAS, C. *Brasil* (v. 1); DOMINGOS NETO, M. *Influência* ; DOMINGOS NETO, M. *Partidos*; Duplipensar. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/presidente-hermes-da-fonseca.html>>. Acesso em: 27/7/2010; *Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/cem-anos-atras/quinta-feira-28-de-julho-de-1910>>. Acesso em: 28/7/1910; KOIFMAN, F. *Presidentes*; LEMOS, R. *Benjamin Constant*; MCCANN, F. *Soldados*; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro; Mensagens presidenciais, 1911-1914*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1920); MIN. GUERRA, *Relatório(1906,1907)*; MUELLER, C. *Oligarquias*; MUS. MAÇÔNICO PARANAENSE. Disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP_ImagensAbertura/AcademiaPML/Patro-24.htm>. Acesso em: 28/7/2010; RODRIGUES, F. *Uma carreira*; RODRIGUES, L. *História* (v. 3); RODRIGUES, R. *Veredas*; SENNA, E, *Deodoro*; (p. 43-70); PINHEIRO, P.; HALL, M. *Classe* (v. 2); Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hermes_da_Fonseca>. Acesso em: 20/7/2010.